

Greve desnecessária ataca exportações nacionais

Alguns trabalhadores portuários persistem em contribuir para danos incalculáveis na economia nacional, através de greves consecutivas desde agosto até outubro, colocando em risco muitos postos de trabalho, falha de rendimentos às famílias, perda de encomendas, aumento de custos e quebra do crescimento económico do país proporcionado nos últimos anos pelas indústrias exportadoras; este crescimento, que foi conseguido com o esforço de milhares de trabalhadores de empresas exportadoras, gerou dezenas de milhares de empregos, e poderá agora ser posto em causa pela atitude deste sindicato de representatividade apenas regional, que tenta uma vez mais fragilizar a confiança em Portugal como um fiável país exportador, manifestada pelos nossos parceiros comerciais.

Estando os trabalhadores das empresas exportadoras totalmente focados no crescimento e desenvolvimento económico do País, fundamental para o bem estar da população Portuguesa, apesar das muitas e novas dificuldades económicas verificadas recentemente em alguns mercados internacionais, o sindicato minoritário de trabalhadores portuários baseado em Lisboa continua a tentar destruir tudo o que foi construído com esforço das empresas e dos seus colaboradores, com persistentes greves decretadas ao longo do último mês e seguinte em alguns portos nacionais (Lisboa, Setúbal e Figueira).

A manutenção desta atitude irresponsável constitui um novo grave ataque à competitividade das empresas portuguesas, prejudicando fortemente o sector exportador, tão importante para a continua recuperação da economia nacional, com inegáveis implicações positivas na redução da taxa de desemprego, ao obrigar a paragens de produção e ao aumento de custos logísticos e de encargos com armazenagem.

Pelo contrário, em outros portos nacionais (Leixões, Aveiro e Sines), que movimentam já cerca de 75% da carga nacional, continua a haver trabalhadores portuários que, com grande sentido de responsabilidade social, se mantêm a laborar, participando na criação de condições para que as exportações, mesmo com custos acrescidos, continuem a ser efetuadas, e, simultaneamente, possibilitando situações de quase pleno emprego nas regiões que são servidas por esses portos.